

Possível, potência, poder

Ariel Pennisi e Pablo Hupert

Tradução por Priscila Pedrosa Prisco

Revisão por Clarissa Moreira e Bruno Cava

... de toda la gama de posibilidades, el llamado realismo político es el que menos recurre al riesgo, el que más decidido está a confundirse con lo que combate, el más dispuesto, entonces, a ser considerado como una traición a los que lo llevaron al poder.
León Rozitchner

Tanto realismo, tanta aceptación de las relaciones de fuerzas, muestra la voluntad de no transformarla.
Alejandro Horowicz

É preciso aceitar como uma lei da razão que o real exija em toda circunstância uma submissão em vez de um invenção?
Alain Badiou

A pergunta O que fazer? é um legado, talvez inapropriado, para o nosso tempo de voluntarismo em queda e voluntariado em ascensão. Constantemente, a pergunta é recolocada como uma espécie de elucidação covarde e pouco honesta em torno da questão do “possível”. Lança-se mão da falta de alternativas diante de um «possível» que seria um sinônimo do «real», sempre que a crítica ou simplesmente a ousadia de um pensamento mais indagativo busca alternativas ao que está dado no quadro político latino-americano contemporâneo.

Neste sentido, propomos uma reflexão em torno das tensões que dizem respeito ao possível, ao realismo, à imaginação política e ao real, segundo dois princípios do fazer político: a potência e o poder. Ambas as ontologias, uma espécie de dobra da argamassa política em movimento, se afirmam enquanto potência de pensar, fazer e organizar-se, e redefinem, por sua vez, o fazer potente.

Potência e poder muitas vezes se divorciam, e se convertem em pontos de vista conflituosos. A potência como força da própria vida, fonte de problemas vitais e de desafios coletivos, pode levar ao poder, cuja natureza é o controle. Frequentemente, em seguida, passa a ser ignorada ou vista como problema pelo poder instalado. Por isso, a leitura dos acontecimentos se torna constituinte e precisa ser disputada, de modo que não se trata de um antagonismo estático, mas sim de uma tensão problemática que não

admite discursos vazios, baseados em princípios vagos e que tentam absolver de culpa as conjunturas, nem o cinismo em face dessas mesmas conjunturas.

O possível e o dado

No livro *Cambiar el mundo desde arriba; los límites del progresismo* (2017), Decio Machado e Raúl Zibechi¹ buscam um critério que lhes permita tanto um exercício da crítica ao progressismo atual de governos populares em sua tentativa de reparar a catástrofe neoliberal, quanto um princípio que possibilite vislumbrar novas perspectivas de mobilização, luta e organização nascentes. Nesse sentido, os autores afirmam que “o ponto de referência deve ser sempre o do maior grau alcançável pela luta social e nunca apenas aquele que parece possível de ser atingido”. Os debates do último período político latino-americano giram em torno de seu caráter soberanista, reformista, transformador de direitos, o seu caráter estratégico no nível regional e, ao mesmo tempo, o fato que sustentem modelos de acumulação regressivos, que tendem à concentração e estrangeirização econômica, à expansão financeira e, ainda, a uma forma de produtivismo extrativista em vários sentidos, os quais não se esgotam na linguagem da conjuntura e tampouco nas desculpas do momento. A valorização crítica ou a crítica valorativa, de acordo com o tom que se pretenda, nos remete ao problema filosófico político de fundo: a categoria do possível. Dizem que os progressismos fizeram tudo o que a realidade possibilitou. Mas, o que chamamos de possível? Em princípio, diferenciamos o possível enquanto potência do possível próprio ao poder (termo mais correntemente usado).

O uso corrente da categoria do possível homologa a realidade à possibilidade, uma reproduz a outra com exatidão e de maneira reversível. A realidade, mais ou menos autoevidente, serviria de parâmetro da possibilidade, mais ou menos incompleta à luz do ideal, como um “todo” imaginário: o completo é sempre imaginário. Daí a hipótese banal que “a política é a arte do possível”. O realismo político não só homologa o possível à realidade, como também faz da resignação uma forma de virtude, quando explica que o pouco que se pode fazer (quando se trata de ação política) é melhor do que menos ou que o nada. Atrela-se assim a realidade ao possível que, segundo essa definição, é um bem escasso. Porém, o recurso a uma comparação de algo que se

¹ Publicado em Buenos Aires, em espanhol, por *Autonomía y Pie de los Hechos* em 2017. O presente artigo é uma versão ampliada e revisada, traduzida ao português, do prólogo a esse livro.

imagina situar-se entre “o possível” (pouco) e o impossível (tudo) nos parece ativar uma armadilha. O confronto ou a comparação nunca se dão entre o “possível” e o “todo”, mas sim entre possíveis heterogêneos entre si. Ocorre que a comparação entre o “possível” e o “todo” tende a dissolver a heterogeneidade que existe entre os termos, através de uma imagem segundo a qual o possível não passa de resultado de uma versão realista que mantém o “todo”, isto é, o ideal, como o seu horizonte.

Trata-se, então, do ponto de vista do poder, segundo o qual o possível também está dado: é o que falta para que a realidade esteja completa (o “todo”, o ideal). Política realista, segundo o poder, é a sucessão de reformas necessárias para aproximar a realidade do ideal. Quando as condições se apresentam favoráveis ou prósperas, o mecanismo do possível e do “todo” mobiliza as expectativas, mantém a tensão em favor de uma imagem ascendente, momento em que o “possível” serve a seu propósito, em que “paga bem”. Mas em situações adversas, o “possível” vai atuar, por sua vez, como uma válvula de escape para o acúmulo da pressão popular e como fonte de justificações e desculpas que sirvam ao sistema político (inclusive à militância) para, na melhor das hipóteses, conter os ânimos.

Paolo Virno diz que há “possível” porque existem diversos modos possíveis de ser, ainda caso se esteja identificando um ser determinado, o qual, à primeira vista, nos parece mais que possível, simplesmente necessário². Como não há ser igual a si mesmo, mas modos de ser (por exemplo, o “igual a si mesmo” não é o ser, mas um modo de ser), o possível nada tem a ver com a distância entre uma realidade “possível” e uma realidade desejada ou ideal, ou seja, o possível se relaciona mesmo é com os possíveis modos de ser.

A vida humana reúne instantes eternos em sua finitude. É finita e possível. De fato, a vida deve tornar possível a própria vida, por um lado, porque não coincide consigo mesma e, por outro, porque não está dada de antemão. “E é distinta porque não abandona nunca um estado de potencialidade, de incompletude, de poder-ser-de-outro-modo” (Paolo Virno). Esse jogo filosófico de palavras e de roteiros (poder-ser-de-outro-modo) dá conta da especificidade do possível: poder ser de outro modo.

Para o realismo político do poder, o possível não é um indicador de potência, mas um sinônimo da incompletude. De nossa parte, assumimos que a incompletude ou a precariedade inevitável do real (o dado, a realidade) constituem elementos dinâmicos

² Em sua análise do diálogo platônico *Sofista*, ver Paolo Virno, *Palabras con palabras*, Paidós, Buenos Aires, 2004.

fundamentais para a imaginação política, isto é, para a abertura a outros possíveis. Se, no possível, está implícita a possibilidade de não ser, “não se trata do possível como um ‘decalque’ de um fato ou de um real, mas sim do possível como aquilo que compreende algo da ordem do imprevisível”³. A política não seria, então, antes de mais nada, uma arte do imprevisível mais do que do possível? Sempre e quando não os confundamos: uma tal arte não é a que vai do imprevisível ao previsível, mas a que se move singularmente entre imprevisibilidades, permitindo dessa menra habitar instâncias de metaestabilidade. Do que poderia não ser ao que poderia não ser, do que pode ser de outro modo ao que pode ser de outro modo, de possível em possível.

Existe um realismo político da potência. O deslocamento concreto de um possível não esgota o possível, já que não pode apagar o fato de que poderia ter sido de outro modo. Neste sentido, o possível abre a realidade. E por isso, o possível não pode se apoiar noutro dado como se fosse um determinismo. Sendo assim, o “possibilismo” é um conservadorismo, pois não tem nada a ver com os possíveis (outros possíveis modos de ser) mas simplesmente com o dado, em todo caso, projetado para trás ou para frente como um possível.

O jornal de segunda-feira nos confirma que o consumado equivale ao que, em um “dado” momento, tinha sido possível. Os prognósticos surgidos no bojo do realismo político presumem que o possível futuro está, em alguma medida, escrito no “dado” presente. As duas temporalidades do realismo do poder põem para coincidir duas tonalidades aparentemente afastadas, como uma ciclotimia política: entre resignação e alucinação. A resignação pretende prescindir da imaginação. A alucinação acredita que ela própria é a imaginação. Mas a imaginação política, diferentemente da alucinação⁴, é um tipo de imagem que mobiliza o que o realismo quer resignar, para mobilizar esse “possível” como uma imprevisibilidade real, que tanto pode ser quanto não ser, – simultaneamente. E por isso mesmo a imaginação política aposta, porque assume que,

³ Paolo Virno, entrevista realizada por Ariel Pennisi e Adrián Cangi, publicada em *Virno, Paolo, Y así sucesivamente, al infinito*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires., 2013.

⁴ León Rozitchner chamou de “alucinada” uma parte da esquerda dos anos setenta que pretendia instrumentalizar o peronismo como etapa de uma estratégia geral de liberação nacional. Curiosamente, foi essa mesma esquerda alucinada que mais fortemente defendeu uma política “realista” que discernia tática e estratégia segundo determinada percepção do possível. A alucinação é uma forma de se perder na imagem, é um acesso sem retorno da figuração de um mundo possível que está mais perto da prefiguração e, ao mesmo tempo, responde a uma cegueira em torno de um real incômodo e violentamente contrastante (a decisão do personagem Perón, isto é, de Perón como figura complexa decidida por uma lógica de poder como horizonte último, de sustentar uma orientação conservadora do peronismo.) Um real não problematizado, ou melhor, racionalizado de tal modo que pode ser absorvido pelo caráter estratégico da aposta realista. Com isso, o mais realista e o mais alucinado coincidiram.

para além do cálculo que também deve ser feito, é necessário abraçar o elemento incalculável no movimento mesmo.

É um erro frequente de determinados autonomismos ingênuos, contrapor realismo com imaginação política. O realismo tem sua própria forma de imaginar e a imaginação alberga um tipo de realismo. Nem um nem outro escapam aos dilemas do risco e do cálculo. Dizemos que algo é possível porque estruturalmente não podemos assegurar que seja possível, nem sequer podemos afirmar a fatal necessidade do que está dado. Qual é a forma própria de suspender a certeza da imaginação política no caso do realismo? O que é que coloca um ou outro em risco? O possível é feito de uma relação entre cálculo e incalculável que é, por sua vez, incalculável e que requer uma arte: seria a política? Quando se localizam as “relações de força” como medida do possível, se atende a uma questão fundamental, mas se coloca de lado uma outra questão não menos importante: a imaginação política associada, enquanto força, a outras forças (atores políticos, memórias, contextos, éticas, afetos, ideias, cálculos, apostas).⁵ Quem compreende as relações de força? Como compreender as forças sem colocá-las à prova, sem forçá-las?

Por outro lado, há uma dimensão histórica do possível em termos do que Zibechi e Machado chamam de emancipação coletiva, já que o possível é também o que foi possível. Isto significa dizer que um possível, ao abrir-se, estabelece um precedente e, para além dos rumos posteriores, das batalhas vencidas ou perdidas, mantém as virtudes do irreversível. Nesse sentido, um possível que se abre em um momento determinado, “o grau mais alto alcançado pela luta social” – como dizem Zibechi e Machado – funciona como uma reserva de eternidade; não somente não se esgota em uma conjuntura que, claro, pode servir para explicá-lo, como também fala aos elementos desconhecidos de sempre, que vem de um futuro incerto. Uma aposta política presente pode se valer de um possível aberto por uma luta histórica num duplo sentido: de um lado, retomar os problemas em jogo nessa abertura submetendo-a ao difícil diálogo com uma conjuntura historicamente diferente. E, de outro, pode apoiar-se numa tradição inventada de “possíveis”, imitando-a em seu movimento, forçando um novo possível e tornando possível o que antes não era possível acontecer.

Pode-se pensar uma imaginação política materialista para além do realismo político do poder? Apostamos que, por esses caminhos: o possível como próprio e

⁵ Além disso, o estado das relações de força não é autoevidente: requer uma leitura. É lido desde o ponto de vista da potência ou segundo um realismo do poder?

inerente, a não necessidade de uma realidade dada, a política como arte singular de seguir de possível em possível, a imaginação como força real própria ao possível, a aposta política como reunião daquela arte, da imaginação, do cálculo e do incalculável, os quais permitem pensar a emancipação coletiva de um modo realista e à altura de uma imaginação política associada à potência e ao possível que lhe é próprio (o possível da potência).

A disputa pelo possível

Depois da queda do Muro e do declínio do horizonte socialista, as posições antes caracterizadas pejorativamente como reformistas, agora, passam a ocupar – graças ao seu domínio sobre o possível – duas cômodas cadeiras: uma do lado esquerdo da discussão hegemônica, a outra do lado hegemônista da discussão das esquerdas. Os reformismos, cada vez mais mornos, se dedicam a reparar os efeitos devastadores dos conservadorismos, cada vez mais sangrentos, ao mesmo tempo em que as esquerdas se mostram progressivamente mais antiquadas e se empenham em sustentar um muro imaginário até o ponto da alucinação. Tendo em conta este diagnóstico rápido, o desafio das lutas atuais passaria por gerar condições de enunciação de outros horizontes de sentido, que sejam capazes de ultrapassar o problema da emancipação coletiva de um modo realista, elevando-a até a altura de uma imaginação política própria para as mobilizações e as fugas do nosso tempo.

Em parte, este mecanismo estaria atendendo às reivindicações das ruas, como também aos corpos mobilizados de diversas maneiras em práticas aparentemente silenciosas, em gestos aparentemente mínimos, invenções, êxodos e zonas de germinação. Isto é, criações reais que o possibilismo nunca teria imaginado e que, em sua leitura da realidade como aquilo que não pode ser de outro modo (i.e, por necessidade) não costuma perceber⁶. Ao mesmo tempo, estaria atendendo à sua dimensão técnica e logística, aos novos dispositivos tecnocientíficos, aos efeitos de desregulação e desterritorialização completa dos vínculos, e às mutações antropológicas em curso.

Conservadorismo, reformismo e esquerda se conformam, de um modo ou outro, – talvez como um obstáculo ou um fantasma oriundo do século XX, – com

⁶ Quando se percebe, termina-se considerando demandas satisfeitas por uma liderança ou um projeto político vertical desligado da potência que o nutre. É a questão da leitura que assim se coloca.

intensidades e matizes diversas, com a imagem do sistema político vigente em nossa região, em sintonia com a ideia, já há muito instalada, que a política não é da ordem da invenção, mas do administrável⁷. O Estado gestor, que não é o Estado moderno, cuja característica decisiva passava por sua capacidade de atribuir sentido, reaparece depois do período sombrio do neoliberalismo como um Estado ideológico-gestor. Passa a administrar, com maior ou menor aproximação e eficácia, um conglomerado de situações que envolvem atores heterogêneos relacionados aos dilemas financeiros, tecnocientíficos, metropolitanos, ambientais e de governabilidade. Temas de gestão complexa, – não facilmente determinável do ponto de vista do comum, – em permanente desvio e anulação da possibilidade de ser processados democraticamente.

Ante a arrogante evidência macroeconomicista, desenvolvimentista e científicista, e ainda sob os efeitos de uma crise terminal da representação (Ignacio Lewkowicz falava em “esgotamento”), o Estado se reinventa como um agregado inconstante da máquina sensorial, ideológica e institucional e, ainda, como governabilidade pura e dura. Vemo-nos diante da pergunta: o que fazer?, agora substituída por uma elucidação não declarada versando sobre a categoria do “possível”. Isto é, uma vez resignado em face de tudo o que não se pode, a partir do ponto de vista da multiplicidade que, comodamente, chamamos de campo popular, o Estado se reinventa como o lugar único de decisão sobre o possível. Esse Estado, mistura de velha institucionalidade decadente, dispositivos territoriais diretos, trajetórias políticas mais ou menos dinâmicas e força policial e parapolicial, não deixa de apresentar fissuras que lhe permitiram, durante este último período latino-americano, funcionar como um aliado parcial da força multitudinária e heterogênea. Entretanto, a impossibilidade do Estado funcionar como uma “pan-instituição” manifestou-se, por muitos anos, como possibilidade de contenção, tanto econômica como imaginária, diante da ruptura generalizada de horizontes coletivos do sentido e condições econômicas da vida. Mas a categoria do “possível” segue em disputa, pois a política se dinamiza desde baixo, inclusive quando o dinamismo assume uma forma desde cima, a partir das definições das lideranças. Como inscrever a disputa pelo possível nos processos sucessivos de democratização? em que condições se encontram as novas lutas e formas de vida para configurar a sua própria caracterização do possível? pode a potência se enxergar autonomamente enquanto potência? pode essa leitura não ser reduzida a uma captura

⁷ Recomendamos a leitura do livro de Raúl Cerdeiras: *Subvertir la política* (Autonomía – Quadrata, 2013).

desde cima? Pode enfim imaginar uma maneira de saltar de possível em possível?

Potência, poder, leitura

As experiências inflamadas de 2001 na Argentina, o Caracaço venezuelano, as guerras do gás e da água na Bolívia e as revoltas que derrubaram presidentes equatorianos nos permitem duas constatações: 1) existe a potência; 2) existem “reis bons”. A primeira, com suas revoltas e organizações, detém um potencial destituente e, por sua vez, é capaz de constituir o campo social na medida em que é capaz de fazer mundo sem se submeter ao poder nem pedir-lhe paternidades. A segunda constatação aponta que o poder não é necessariamente abandonico⁸, como o Consenso de Washington fazia pensar, e promete que o poder possa ser paternal sempre que haja um líder bom à cabeça.

Há quem nunca tenha aceitado a segunda constatação ou, inclusive, a interprete como uma forma de apagar a primeira: todo poder, postulam e voltam a postular, se ergue contra a potência. Poderíamos chamá-los de autonomistas ingênuos ou antiestatistas dogmáticos. Os que vivemos e analisamos o ciclo progressista latino-americano estamos obrigatoriamente colocados frente ao dilema – pragmático e não dogmático – de conjugar ambas as constatações em uma experimentação capaz de expandir as percepções sobre o que pode a própria potência. Temos esse problema porque vimos desenvolvendo um diagnóstico diferente: na medida em que foram passando os anos, à medida que as “bondades” do poder nos iam provendo certo bem estar – muito mais relativo e menos justo e feliz do que o que o poder relatava, porém inegável, – o jogo do poder “bom” tendeu a reduzir o espaço de ação da potência, ao passo que foi deixando espaço a uma forma revanchista de poder (no Brasil⁹, por exemplo, essa vingança começou inclusive antes que o PT fosse ilegitimamente expulso do palácio de governo). Irrompendo e organizando-nos frente a “reis maus”, sabíamos condicionar o poder, que respondeu com algumas de suas figuras que encarnam uma

⁸ *Nota do revisor*: “Abandonico seria o substantivo a designar indivíduos que sofrem da chamada Neurose de Abandono, descrita em 1950 por dois psicanalistas suíços (Charles Odier e Germaine Guex) para, segundo Laplanche & Pontalis, designar um quadro clínico em que predominam a angústia do abandono e a necessidade de segurança. Não corresponde necessariamente a um abandono sofrido na infância, mas a vivência da atitude afetiva da mãe, sentida como recusa. O termo abandonico passou a ser utilizado desde então, de forma descritiva a indivíduos com insegurança afetiva fundamental, que padecem de angústia, agressividade, masoquismo, sentimento de não-valor” (Dicionário informal: <http://www.dicionarioinformal.com.br/aband%C3%B4nico/>)

⁹ Recomendamos o livro de Bruno Cava: *A multidão foi ao deserto*, São Paulo: AnnaBlume, 2013.

“ala boa”. Como seguir condicionando o “rei bom”, uma vez que chegue ao poder, para que a separação inerente à instância de governo não obture o real da potência (e termina nos separando do que podemos) nem termine depondo a permeabilidade conquistada por formas efetivas de condicionamento desde baixo?

Se nos propomos a pensar¹⁰ a questão, necessitamos fazer novas leituras e, por sua vez, considerar o próprio ato da leitura como um elemento prático constitutivo do pensamento e da aposta política.

A potência é ingovernável e imprevisível e aí reside a sua força e vitalidade, mas também a sua fragilidade e sutileza. Como o Real psicanalítico, ela insiste mas não existe, nem consiste. Como o Real badiouiano, é um múltiplo não submetido à vontade das partes e, por isso, quando se apresenta e se desdobra, redistribui o sensível (o Real rancièriano): alguns grupos sociais, que até o momento não contavam, agora começam a contar. Ora, para que contem aqueles que antes não contavam, para que se convertam em realidade os possíveis não necessários, se torna fundamental uma leitura, uma operação que dê consistência ao múltiplo e que encontre formas de existência e rotas de deslocamento na circunstância em que irrompe. Sem uma leitura própria, o ruído da revolta não se transforma em afirmação e os efeitos que pode propiciar ficam separados da potência.

Se a leitura não se produz a partir da potência, e se o poder não pode reprimir e suprimir a sua revolta, então não será a “ala boa” do poder que o fará¹¹. Se se consegue lê-la, se consegue pela mesma razão, governá-la. Simultaneamente, a potência que agita, abre e insiste, pode não adquirir consistência. Mas a potência que irrompe, também precisa durar, ela que pode impugnar, também precisa afirmar, e se pode destituir, necessita também se constituir noutros termos. Ou seja, a potência necessita, ela própria, de leitura. Por leitura, entendemos múltiplas operações de determinação e tomada de consciência: linguística (descrição, diagnóstico, interpretação, agitação,

¹⁰ Não queremos reprovar o “ciclo progressista” e a sua “finalidade”. Queremos decifrar o que o atual estreitamento do espaço aberto à experimentação ensina. Necessitamos ler o que estamos experimentando.

¹¹ A questão é, na realidade, mais complicada, pois na América Latina a multiplicidade dos movimentos potentes gerou uma multiplicidade de dispositivos de enunciação e “autoleitura” (rádios, revistas, blogues, perfis em redes sociais, escolas, produtoras de cinema e vídeo, centros culturais e, às vezes, inclusive alguma entidade eleitoral), assim como entabulou nexos de potenciação recíproca, com enunciações universitárias; essas potenciações, ainda que nem sempre tenham podido contrarrestar o volume, simplismo e grandiloquência da voz governante, se coadjuvaram para que o desdobramento e multiplicação de movimentos do comum seguissem em frente. Vale a pena, por ora, e ao fim desta breve apresentação do problema que o livro de Zibechi e Machado contribui para formular, falar da “potência”, sem cair na crença que a potência é uma e homogênea e de esquecer que é um múltiplo de múltiplos.

discussão, comunicação, narrativa, editorial, performativa etc), semióticas em geral (imaginativas, musicais, murais, dançantes etc), institucionais (judiciais, legislativas, gestões com organizações privadas e semiprivadas, etc), de rua (barricadas, instalações, performances, marchas, ocupações etc), edíficas (abertura de lugares de reunião e atividade), conectivas (entre coletivos e dentro deles, cada indivíduo como um elo possível). Nesta leitura (sobretudo em sua dimensão linguística e narrativa) se molda um sentido da revolta, de caráter afirmativo e expansivo.

Semelhante leitura supõe um grau de autodeterminação e não há autonomia sem ela. Essa leitura é ativa. Primeiro, é retroativa: dela depende que a revolta não tenha sido uma monotonia desesperada, mas sim uma abertura vital; não pura raiva, mas também alegria afirmativa; não resistência somente no sentido da negação, mas também invenção. Em segundo lugar, – e ao mesmo tempo, – atua para frente: dela depende que a afirmação seja vetor de alterações subjetivas e sociais. A potência que irrompeu e deu impulso ao ciclo de lutas que vai do Caracaço até as revoltas equatorianas, passando pelo 2001 argentino, destituindo governos (em algum ponto, e somente por um instante, destituindo a possibilidade de qualquer governo) e gritando que se vayan todos (fora todos), se encontra numa encruzilhada dramática: se é legível é governável, se é ilegível é inviável¹². Precisamos ler e ser lidos e recusar que a leitura de nossas ações seja feita pelo próprio poder instalado. Se não conseguirmos autorizar um ou muitos de nós como leitores de nossas práticas no próprio ato delas (ou inclusive antes), será a autoridade que o fará, para determinar o ocorrido e hegemonizar o sentido. Segundo o realismo do poder (leitura-captura), a potência não pode por si mesma. Enquanto um realismo da potência faz coincidir o que a própria potência pode com a leitura de que é capaz (leitura-abertura).

Essa autoridade, nos progressismos latino-americanos, se chama líder. O líder, como se diz, sabe interpretar o sentimento das “maiorias”, dos “vulneráveis”, da “pátria” e do “povo”, para conduzi-los até o “bem-estar”; no que constitui, inicialmente, uma leitura manifesta, uma determinação performativa, uma leitura-captura. John W. Cooke levou ao ponto mais alto a leitura da liderança chegando na fronteira entre a capacidade de encarnar problemas e o rol protetor e doador:

¹² Em tempos menos velozes, poderia ser legível para si mesma e ilegível para a governamentalidade, ao menos por um tempo (foi o que aconteceu com as Mães da Praça de Maio durante três décadas); não parece que nos tempos atuais (mercantis, imaginários, cibernéticos) essa longa elusão de toda captura seja mais possível. De modo, a legibilidade para o poder e a legibilidade da potência e para ela disputam a cada vez, instante a instante.

o líder de massas tem uma densidade da qual carece o demagogo ou o caudilho que apela somente ao irracional das multidões para se servir delas (...) Não é um fenômeno pessoal imposto a partir da realidade que permitiu o seu surgimento, mas sim um protagonista que integra essa realidade e expressa as forças do crescimento, as ânsias de liberdade dos oprimidos, a vontade nacional de se constituir como comunidade soberana.¹³

O ponto em que o líder “dá” reconhecimentos materiais e simbólicos entra em tensão com uma politização desde baixo que não “pede”. Em todo caso, quando desde baixo se “pede”, a repartição já foi feita e a leitura desde cima tem o efeito retroativo de preceder aos possíveis da potência. O líder “leitor” dá bens, empregos, serviços, direitos, visibilidade, alusões, reparações narrativas e financeiras, outorga orçamento para a cultura e para a memória, dá acessos a escolas, universidades, hospitais, tribunais, créditos e até propriedades. Dá muito, mas, sobretudo, dá a sua interpretação. Em nossas perguntas a explorar, lê demandas a satisfazer e começa, com decisões suas, a satisfazer tais demandas. Quando essa tensão entre satisfação desde cima e problematização desde baixo se transforma em objeto de divergência de opiniões, fica subentendido o fato de que o líder, assim como “dá”, toma. E o que a liderança governante toma é uma potência, em princípio, distante. O poder não somente lida com a potência como também se nutre dela. O poder do líder é uma captura da potência, com suas possibilidades e suas margens de ingovernabilidade, por uma lógica que necessita de acumulação numa instância separada, a fim de organizar a decisão (uma decisão que define questões consideradas no seu modo atual de ser e descarta seus outros modos possíveis). Na leitura que o poder faz opera a alquimia e através dela o líder potenciado (pela irrupção da potência) empodera o “seu povo”. Porém, a primeira potenciação não pode ser vista; a operação alquímica pela qual o líder se nutre de poderes inesperados se invisibiliza ou não se visibiliza o suficiente. No processo imanente que se expressa como assimetria entre potência e poder¹⁴, a visibilização própria do poder mostra o líder dando vida ao que, sem ele, e sem autoleitura, não tem consistência. Porém, não há manipulação linear nem ilusão nesta mistificação: o acontecimento que aqui chamamos irrupção da potência – ensina Badiou – se anula em seus efeitos. Se não se vê o líder se fortalecer a partir do elemento da potência, tal fato ocorre porque a percepção estatal da política não vê, não ouve e não sente poderes que não surjam do funcionamento do Estado (salvo aqueles do mercado).

¹³ John William Cooke, *Peronismo y revolución*. El peronismo y el golpe de Estado. Informe a las bases. Biblioteca Popular, Buenos Aires, 2010.

¹⁴ Toni Negri o diferencia em Spinoza como tensão entre potencia e potestas.

O poder emana da potência, mas emana somente e se o poder consegue operar como captura da potência, mediante essa operação que estamos chamando de leitura. A potência alimenta o poder, mas não funciona como um fundamento; é fonte de poder mas não é Deus nem Carta Magna. Como potência, é indeterminada (não sabe o que pode), não existe, nem consiste e nem fundamenta o poder (que sabe o que pode). Esta condição conduz à condição inversa: o poder pode – funciona – à condição de não saber – ou desconhecer – a fonte de seu vigor. Como o líder aparece dando vida ao que, supostamente, inexistente sem ele, não se vê que a fonte dá força à sua liderança: o que lhe dá a força – ideias incluídas – não existe, mas insiste. Sua insistência não se apresenta como uma forma prévia, tampouco como uma matéria a priori codificável; algo de seu existir não efetivado, ou seja, sua insistência, isso permanece inevitavelmente clandestino, fora da realidade necessária do poder. A organização coletiva, quando estão em jogo modos de vida em conflito ou lutas emancipatórias, habita conflitivamente a argila histórica da tensão potência/poder.

Algumas vezes, a organização se mistifica e se separa como instância autônoma, inclinando a tensão em favor do poder (potestas) e de seus modos estatais e mercantis de dar forma à potência. Noutras vezes, a potência que percorre os corpos e dispõe as inteligências num sentido organizativo de busca de critérios comuns, tensiona a seu favor na relação. Devolve-nos, então, um dilema: encontrar novos regimes de sensibilidade, ou estratégias de ressignificação do regime perceptivo vigente.

Experimentamos diversas formas de reciprocidade não especular: a potência condiciona o poder e lhe dá força pela via da insistência, e o poder pode pela via da consistência. É, portanto, inevitável que a consistência veja a insistência (quando a vê) como impotente e impossível; é inevitável que o poder possa tomando forças da potência, a qual não pode nos termos do poder. Novamente: a potência pode se não sabe o que pode; o poder pode se não reconhece a sua fonte. Invertendo o raciocínio: o poder pode se a potência lhe dá poderes (se o empoderamos). A mesma potência que, nos termos do poder, nada pode. A potência não pode, salvo que aceite receber os poderes que lhe são outorgados, isto é, não pode a menos que aceite deixar de ser potência, deixar de não saber o que pode. Daí decorre a mistificação: o líder dá porque não toma; a potência recebe porque não tem o que dar.

Esse esquema funciona de maneira prática e matizada, dependendo de onde venha a estratégia: se a liderança se converte numa necessidade, se dirá que a estratégia vem desde cima, enquanto a tática (o realismo, o mal menor etc) deve ser assumida

pelos empoderados como uma delegação; se a liderança toma parte de uma estratégia que vem desde baixo, o integra, como queria Cooke, e seu movimento pode sofrer modificações táticas quantas vezes sejam necessárias, já não em virtude de um realismo do tipo “mal menor”, mas sim de um realismo da potência, forçando uma nova e necessária leitura (neste caso, se dirá que a estratégia vem desde baixo). Parafraçando os zapatistas: os líderes podem coadjuvar e expandir a potência, se mandarem obedecendo.

Realismo da potência e composições potência-poder. Uma leitura

Em nossas circunstâncias, é possível pensar o poder estatal latino-americano como uma instância que depende da revolta para dinamizar-se? É decisiva uma potência de mobilização autônoma que force os governos de extração popular a governarem diminuindo ou amenizando a despossessão? Sejam realistas materialistas: nem essas mobilizações nem esses governos podem por si sós fazer coisas como, por exemplo, enterrar a ALCA. Precisamos ser capazes de narrar a nós próprios os modos em que uma potência não estatal pôde ativar uma potência num poder estatal que, visto em escala mundial, se parece com um abaixo, a custo de solapar parcial e transitoriamente o que tem a lógica estatal de fechamento. Quiçá a confluência da Cúpula dos Povos e os presidentes do Mercosul na marcha de Mar del Plata, em 2005, nos permita perceber certa sinergia entre potência e poder, sinergia cuja trama precisamos discernir e narrar. Enquanto não logremos obter essa linguagem do nós, será pouco realista em termos de potência e bastante barroco como determinação de uma linha política: seriam os líderes decididos que teriam se plantado diante do Imperador e, entre outras coisas, dito “Não à ALCA”, por graça e mercê de sua determinação, coragem, sensibilidade social, clarividência e entendimento.

No aniversário do “Não à ALCA”, assim relatava o chanceler argentino Jorge Taiana (que no momento da Cúpula de 2005 era vice-chanceler):

Esta proposta da ALCA havia surgido com o presidente Bush pai e continuou no mandato de Clinton. Na primeira cúpula, realizada em 1994 em Miami, nenhum país se opôs, salvo Cuba, que não foi convidada. Tampouco ninguém se opôs em 1998, em Santiago do Chile e em 2001 em Quebec, Canadá, o último que se mostrou em desacordo foi Chávez. A Argentina, nesta cúpula de 2001, representada por De la Rúa, foi a que propôs ser sede para a assinatura da ALCA. Este era o contexto prévio ao encontro de Mar del Plata: tudo pronto para que os Estados Unidos cumprisse com seu objetivo de consolidar uma área comercial com nossos países, que não conseguiriam seu desenvolvimento próprio nem poderiam trabalhar em virtude de sua

integração regional. O que se estava debatendo era um modelo de integração frente ao mundo globalizado. (...) Houve um elemento fundamental e foi a decisão política da Argentina e do Brasil de mudar o eixo do debate. Lula e Nestor entenderam que a Argentina devia sair de sua crise através de seu desenvolvimento industrial e, para cumprir esse objetivo, o Brasil era um ator fundamental. Lula e Nestor decidiram dar uma guinada no modelo de relação bilateral e apostaram fortemente em uma integração produtiva, uma aliança estratégica que serviria aos interesses de nossos povos e à região em seu conjunto. (El Diálogo Página 12. 6/11/13)

Analisemos. Taiana disse: “Ninguém se opôs, em 1998”, desconhecendo o fato que a II Cúpula das Américas havia se dado simultaneamente à I Cúpula dos Povos. Este movimento nascido do Foro de Belo Horizonte, em 1997 – e chamado de Aliança Social Continental – foi omitido pelo ex chanceler, quando ele ignorou o evento o chamando de “ninguém”. Sejam justos (porque sua honestidade intelectual merece): não o fez deliberadamente, apenas de fato não conseguiu ver o acontecimento, já que, desde tão alto não tinha o ângulo visual necessário. A frase “ninguém se opôs” não significava somente isso, mas também trazia o significado oculto de que esta é a forma estadocêntrica de conceber e de narrar a política. Desta forma, ninguém se opôs significa, então, que os mandatários contam muito mais que o resto dos atores e condições e que a história válida é a história das autoridades, na qual os governados são incluídos dentro da acumulação narrativa estatal, mas não enquanto protagonismo político. É que se trata de uma potente fonte invisibilizada para um poder super-visibilizado.

Imediatamente se repete a fórmula: “ninguém se opôs em 2001”. Porém desta vez se havia realizado simultaneamente a III Cúpula das Américas e a II Cúpula dos Povos. A mobilização que unificou as ruas e a Cúpula ao movimento antiglobalização que explodiu em Seattle no ano de 1999, e o movimento latino-americano-caribenho Aliança Social Continental (que organizou a primeira Cúpula) conseguiram que o projeto da ALCA deixasse de ser um segredo do poder. Desde 1994, quando Bush pai apresentou a proposta, começaram as negociações interpresidenciais e interministeriais, o projeto havia permanecido secreto, a salvo da discussão pública.

Por fim, como consequência do alto nível de pressão popular que se conseguiu no marco desta Cúpula, em combinação com as ações diretas durante os dias em que se organizavam as Cúpulas das Américas, foi publicado o primeiro rascunho do acordo nas quatro línguas oficiais¹⁵.

¹⁵ Silvia B. Demirdjian. *ALCA, resistencias y alternativas de integración regional*. Un estudio de caso: La Alianza Social Continental. CLACSO, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/semi/2004/demir.pdf>

O relato estadocêntrico dramatiza da seguinte maneira a situação: “O contexto prévio ao encontro de Mar del Plata foi todo construído para que os Estados Unidos obtivessem, novamente, seu objetivo”. Então, um relato possível e realista a partir de nós conta que, quando em 2003 se reuniram, em Cancún, a OMC e, em Miami, os ministros das Américas, a Aliança Social Continental conseguiu manter paralisada, realmente, a aprovação da ALCA. Conseguiu, ainda questionar publicamente as suas formulações. Ao mesmo tempo, a Campanha Continental de Consultas Populares que começou em Quito, em 2002, conseguiu nos anos seguintes envolver os movimentos socioterritoriais de todo o continente, sobretudo no Brasil, assim como lançou uma campanha pública¹⁶. Paralelamente, entre 2001 e 2005, Cuba sediou quatro encontros hemisféricos¹⁷, que perfuraram a codificação neoliberal de integração regional e avançaram na direção de uma integração alternativa.

Em 2005, já em Mar del Plata, simultaneamente com a IV Cúpula das Américas, se realizou a III Cúpula dos Povos. O argumento da liderança foi, finalmente, convertida em explicação última: “Lula e Néstor entenderam...” “Lula e Néstor decidiram...” Na emissora TeleSur, a partir da Venezuela, se escutava: “Kirchner, Lula y Chávez comandaram aquelas históricas jornadas em Mar del Plata”¹⁸ (pelo menos, neste caso, o verbo comandar faz mais justiça ao papel específico da liderança, sem tratá-la diretamente com a causa). Podemos multiplicar os eventos, observando em cada caso o mesmo monopólio do protagonismo e da coragem, como especularmente são reconhecidos os detratores antipopulistas, capturados na mesma partilha do sensível (já que irão chamar de insolência o que era chamado de coragem, mas jamais distribuir o protagonismo). Os líderes esgrimem uma arte necessária da oportunidade, atributos

¹⁶ Entre outras coisas, criou a página <http://movimientos.org/noalca>

¹⁷ “Los Encuentros Hemisféricos de lucha contra el ALCA constituyeron un aporte concreto por parte de Cuba a las redes y campañas contra el ALCA. Los mismos han significado para los movimientos sociales un espacio de concientización sobre el tema y han propiciado su articulación, la construcción de alternativas desde la perspectiva social y la conformación de agendas y planes de acción efectivos para el desarrollo de las estrategias de lucha... El I Encuentro Hemisférico se llevó a cabo en noviembre de 2001 y estuvo dedicado a la concientización y alfabetización de los movimientos sociales acerca del tema. El II Encuentro, de noviembre de 2002, favoreció la articulación de los movimientos sociales comprometidos en la lucha contra el ALCA y la formalización de la Coordinación Continental de la Campaña y la Secretaría Continental –lo que produjo la fusión de esta última con la Secretaría de la ASC, dada la coincidencia de agendas. El III Encuentro se produjo en enero de 2004 y el hincapié estuvo puesto en la construcción de alternativas, mientras que el IV Encuentro, desarrollado en marzo de 2005, se caracterizó por la consecución y operatividad en la construcción de dichas alternativas y la ampliación y profundización de los temas de agenda: Militarización, Deuda, TLCs y lucha contra la OMC.” (Demirdjian, cit.) Aquí encontramos una sinergia que expande potencia, que abre possíveis reais, dentre os quais, seguindo a Souza Santos (1998), Demirdjian chama de “la subpolítica emancipadora transnacional” a um Estado.

¹⁸ <http://www.telesurtv.net/news/10-anos-del-NO-al-ALCA-20151102-0028.html#comsup>

institucionais, executam operações aptas em neutralizar um embate determinado, constroem manobras e forjam retóricas capazes de dar forma a um movimento que transborda os canais diplomáticos, mas nem o poder nem a potência podem colocar-se a si próprios como fundamento das conquistas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, vemos que não foram poucas as vezes em que se jogou na cara dos presidentes do Mercosul e da ALBA a pobre integração econômica (mais presidencial que econômica e, dentro desta, mais comercial que produtiva) ou a constante preferência por concretizar tratados bilaterais com a China em vez de atuar como bloco frente ao “colosso”¹⁹. Por exemplo, muito especialmente se objetivou o freio ao desenvolvimento do SUCRE, um “sistema unitário de compensação regional de pagamentos”, o qual podia ter proposto um antecedente de moeda regional, além do abandono do Banco del Sur, instrumento chave para a autonomia econômico-financeira de nossa América. Mas acusando aos líderes, permanecemos na sensibilidade estadocêntrica, a qual faz um elo com o líder.

Desse modo, para os críticos e apologistas, para quem rege a mesma explicação realista, a mesma leitura-captura, cujo horizonte é o possível calcado em um conhecimento prévio chamado “realidade”: eles tiveram que ser realistas e aceitar o fato de que a relação de forças não era favorável.

Como especificam Machado e Zibechi, o possível é sempre o Estado, o partido, as instituições existentes, assim como o regime de acumulação de capital em curso. As margens mais difundidas do ato de rechaço à ALCA mostram que os líderes protagonizaram a cena. Chávez no estádio marplatense, apoiado por Maradona e Nestor na IV Cúpula. Não se conta nas imagens e reportagens habituais que esse encontro foi o ponto de confluência entre a Cúpula dos Povos e os presidentes do Mercosul. Tampouco se fala que deste ato saíram Evo e Hugo rumo à última sessão com Bush e os presidentes restantes (“Vou para a outra Cúpula levar a mensagem de vocês”²⁰, disse Chávez, uma afirmação que a Telesur não noticiou em seu relato²¹). Chávez disse que a ALBA deveria ser construída *desde baixo*, com os agricultores, os trabalhadores, os estudantes, os poetas, os indígenas – e não construída a partir das elites. Desde o ponto de vista da potência, se percebe que esta clara definição dita por Chávez não foi

¹⁹ Para ver um bom diagnóstico dessa dificuldade, no caso argentino, ver Gustavo Lahoud y Claudio Lozano, *Los Acuerdos con China*. Las urgencias como camino para perder soberanía ([http://www.ipyp.org.ar/descargas/2015/Los acuerdos con China.pdf](http://www.ipyp.org.ar/descargas/2015/Los%20acuerdos%20con%20China.pdf)).

²⁰ Matéria de Pascual Serrano em <http://rebelion.org/noticia.php?id=22336>.

²¹ Por exemplo, <http://www.telesur.net/news/10-frases-contra-el-ALCA-20151102-0043.html>

suficiente. Neste sentido, Zibechi e Machado colocam uma pergunta fundamental: por que as potentes lutas sociais de nosso continente se canalizaram para a política eleitoral e institucional, confiando que a conquista do Estado é a chave mestra para abrir as portas do paraíso?

Colocamos outra pergunta: pode o Estado ser reconduzido para uma dinâmica mais próxima da potência? As posturas antes (puramente) antiestatais comprovaram a conveniência de contar com o Estado para expandir a potência, assim como a impossibilidade de extingui-lo rapidamente ou, mesmo que ligeiramente, eludi-lo. Desta forma, se impõe um enfoque “pós-estatal”²². Assim, uma pergunta acompanha a anterior: pode o Estado, ou seus fragmentos, se desprender de sua dinâmica intrínseca, independente da vontade de seu governante, de codependência do capital e de neutralização permanente da potência? Para pensar essa questão, a chave é não assumir acriticamente a narrativa progressista dos fatos e ensaiar outras.

Segundo a leitura-captura, o poder pode o que o líder quer. Mas, segundo uma leitura-abertura o poder pode o possível quando é alimentado pela atividade da potência. Esta alimentação somente se efetua quando o líder lhe dá encaminhamento entre os poderes constituídos. Como esta sinergia não especular e não codificada é invisível/imperceptível na leitura do poder, ela não tem lugar. Devemos ser capazes de ler a sinergia, contrariamente à leitura própria do poder que diz o que “podemos fazer graças à sorte”²³. Tal invocação à fortuna indica que a leitura do poder, na verdade, não sabe como o líder foi capaz de conseguir determinado resultado.

Podemos, então, com todo o realismo (realismo da potência), pensar o poder estatal latino-americano como uma instância que dependia da revolta, de capacidades autônomas e de negociação *desde baixo* para se dinamizar. Podemos pensar que, nessa capacidade de afetação, a sua potência esteve presente em alguns momentos; mas também se pode contestar o poder estatal latino-americano em sua dinâmica progressista como uma instância que necessita se separar da revolta para se estabelecer. Líder e liderados veem o processo histórico sendo chamado progressismo, como obra do primeiro. O líder lê de tal maneira sua obra que se desliga da fonte de seu poder: sua leitura realista é, de alguma forma, pouco realista. Acredita que pode beneficiar as

²² Na Argentina, o Frente Ciudad Futura, da cidade de Rosario, aposta em “fazer o que se deve fazer sem ou com o Estado”.

²³ Parece ser algo recorrente. Taiana disse em um discurso no Centro Cultural La Maga de Buenos Aires em 22/9/16 (<https://youtu.be/ana3UA2ju8k>). Escreveu assim La Cámpora: “Por sorte houve alguns homens com coragem, valentia e decisão que, em representação dos interesses de seu povo, colocaram limites à avaria imperial” (<http://www.lacampora.org/2014/11/05/el-no-al-alca/>).

minorias graças ao poder que lhe foi outorgado pela constituição ou pelas eleições, ou ainda, por sua própria vontade. Significa dizer que qualquer poder já é determinado, além da vã dicotomia entre republicanismo liberal e populismo progressista. O realismo do poder e seus percalços se impõem como realismo da potência e também como sua imaginação. Eleição após eleição, este tipo de projeto político foi perdendo poder de transformar o social. Desde cima, das alturas do poder, o líder não vê, não ouve e não sente poderes que não emanem do funcionamento do próprio Estado (exceto os do mercado); quando surgem, trata de neutralizá-los e exclui a possibilidade de outros modos de ser que se abram à realidade. Neste ponto, no qual se separam a irrupção e as organizações coletivas da potência, se estabelece e as neutraliza. Inclusive, algumas vezes, se elas emergem novamente, as reprime. A resposta do realismo do poder no Brasil, encarnado por um desgastado PT contra o movimento de Junho de 2013, é, talvez, a constatação mais papável dos efeitos dessa separação. Sua vitória eleitoral em 2014 foi o sinal – negativo – de seu esvaziamento de potência.

Mal menor e possível real. Imaginação material

A partir do senso comum hoje em dia exprimido eleitoralmente, o possibilismo recebe o nome de “mal menor”. Mistura culposa de ceticismo e esperança, o mal menor tem um fôlego curto, já que não se submete à prova de sua própria lógica: os seus apoiadores descuidados ou histéricos não se pergunta se escolher pelo mal menor é, a seu passo, um mal menor, ou se, transcorrido um tempo razoável, traz consigo ou não um “bom” destino; ou inclusive se faz ganhar ou perder tempo de luta. Gramsci escreveu:

(...) um mal menor é sempre menor do que um posterior mal maior e um perigo é sempre menor que outro posterior possivelmente maior. Todo mal é tornado menor em comparação com outro que se anuncia maior, e assim sucessivamente. A fórmula do mal menor, do menos pior, não é senão a forma que assume o processo de adaptação historicamente regressivo, movimento cujo desenvolvimento é guiado por uma força audazmente eficaz enquanto as forças antagônicas (ou melhor, os seus chefes) estão decididas a capitular progressivamente (...)²⁴

O caminho do mal menor é também o caminho do sujeito possibilista, cujo gozo está em tomar o “melhorzinho” que, segundo os seus cálculos fatais, é o que a

²⁴ Recuperado por Horacio Fernández dos *Cuadernos del cárcere* de Gramsci, em “Reflexiones para un balance de los gobiernos progresistas en América Latina”, em *La experiencia de los gobiernos progresistas en debate: la contradicción capital trabajo* (Antonio Elías comp.), InesUr, SEPLA, PIT-CNT, Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado, CLATE, Buenos Aires, 2017.

realidade necessária lhe oferece. Esse caminho é, ao mesmo tempo, o obstáculo e o desalento que a perspectiva do poder impõe à potência que afirma outros possíveis.

Assim, ao evitar se questionar, o possibilismo evita também perguntar se tomar o caminho dos males menores fecha e despotencializa, ou se pode abrir e potencializar em função da situação histórica. O questionamento do “mal menor” não pode cair em tendências similares; ao contrário, tem o desafio de incorporá-lo situadamente, isto é, circunscrevê-lo em apostas de caráter autônomo, reduzindo ao mínimo o seu potencial cinismo regressivo, o qual coincide com seu possibilismo. Isto é, o mal menor pode ser parte de uma estratégia *desde baixo*, porém, não é universal, embora seja taticamente aceitável.

Duas apostas interpretativas se atravessam transversalmente e revelam, ao mesmo tempo, o sistema político vigente. De um lado, a ideia de que um conjunto de atores e processos sociais de diferentes matizes e escalas, uma rede de práticas territoriais, intelectuais e sensíveis, põem em jogo, de diferentes formas, a questão da “emancipação coletiva” – algo que somente pode se colocar em jogo de diferentes formas – em excesso no que tange ao Estado enquanto aparato administrativo, centro das decisões, órgão regulador e máquina interpretativa. Chamamos provisoriamente esta tendência de “autonomismo”. De outro lado, a ideia de um Estado que, se excedendo, encontra a sua capacidade de expressar essa multiplicidade configurando, inclusive, um salto qualitativo nas relações de força, como algo mais favorável a potência do “campo popular”²⁵. Acreditamos que esta última se autodenomina “populismo”. A tentativa de definir, de forma mais ampla possível, os polos de uma discussão sobre o caráter excedente da vida coletiva associada a formas possíveis de emancipação, autonomia, dignidade, igualdade e beleza, busca se distanciar das caricaturas, deboches e ressentimentos com os quais os atores se envolveram.

Nem o populismo nem a governabilidade estatal do último ciclo político supõem a “cooptação” linear de movimentos sociais primitivos, ou, ainda, a adesão irreflexiva do progressismo leve. Nem as diferentes formas de autonomismo se resumem a um sectarismo sem remédio ou a uma inocência que desconhece as relações de força. Há diferenças de diagnóstico, de aposta, de sensibilidade, inclusive, diferenças epistemológicas sobre o que se poderia trabalhar.

O último ciclo político se fechou pelo alto, em alguma medida, porque se

²⁵ Em algum momento, o filósofo argentino Diego Tatián sustentou que o governo (e conseqüentemente as políticas públicas) se encontravam à esquerda da sociedade.

concluiu na topologia esquemática do sistema político²⁶. Se o conservadorismo declarado nos mostrava que quase nada é possível e se as esquerdas antiquadas alucinaram com o impossível, enquanto complemento fictício para a sua própria ineficácia, as posições e construções reformistas de tintura popular levaram vantagem, pois, ao apresentarem-se como opção negociada com os atores encarnados pelo conservadorismo, e que faz alguma coisa com relação ao mandato dos setores populares, elas configuraram, ao mesmo tempo, o parâmetro de leitura. O reformismo é o realismo do poder em si. Isto, e não outra coisa, é o populismo, uma capacidade de localizar o elemento excedente da vida coletiva no âmbito do “Estado pós-nacional”²⁷, quer dizer, um Estado permeado *desde baixo* e, ao mesmo tempo, expansivo, imaginativo, terceirizador, capaz de capturar o excedente e evitar o seu transbordamento. Entre o céu moderno e a terra pós-nacional, o populismo é o anjo do possível. Novamente: é o “realismo político” como resignação de uma posição enunciativa que parte de uma decisão sobre o possível. Ainda sendo consciente da decisão, a posição é estruturalmente cega ao real da potência: a capacidade desta para realizar outros modos de ser.

O inimigo do realismo político não é um suposto capricho infantil de esquerda. Em todo caso, as posições realistas elegem como inimigos para o seu teatro político aos mais velhos (conservadores) e aos mais jovens (idealistas), demonizando uns e infantilizando outros, enquanto escolhem a “juventude” para reproduzir o seu realismo, significa dizer, aqueles que desejam, ao mesmo tempo, dar vigor ao movimento e “amadurecer” como juventude. Mas o inimigo que o realismo nega, por medo ou falta de leitura – ou por excesso de realismo – é a trabalhosa tarefa de inventar outra coisa, uma imaginação política materialista. De algum modo, a disputa pelo lugar de enunciação que decide sobre o possível é uma disputa pelo materialismo, pelo diagnóstico sobre a dinâmica dos processos sociais, assim como pela materialidade concreta de suas possibilidades.

Portanto, segundo o poder, o diagnóstico é autoevidente (a posição “madura” discerne e pronto) e se chama “mal menor” ao possível conforme ele aparece dado (o que vai desde a reforma nos movimentos de “subida”, à “retirada organizada” nos movimentos de “descida”); ambos são males menores: a retirada é menos mal que a

²⁶ Nós mesmos recorremos neste texto a uma topologia que não deixa de nos incomodar (abaixo-acima), sem descartar a busca de outras imagens da potência e sua distribuição.

²⁷ Ver: Pablo Hupert, *El Estado posnacional. Más allá de kirchnerismo y antikirchnerismo*, Buenos Aires, Quadrata (Autonomía) – Pie de los Hechos, 2015.

derrota em campo e a reforma é menos mal do que a derrota revolucionária). Segundo a potência, o diagnóstico é uma trabalhosa tarefa de inventar outra coisa. Este trabalho imagina materialmente outros modos de ser, como por exemplo, o zapatismo.

Os últimos anos parecem delinear uma série de insurgências tão heterogênea quanto a geografia na qual se localiza (desde as revoltas da praça Tahrir até o 15M, desde do Occupy até as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil). Reabre-se em cada discussão a possibilidade de um novo realismo, ou melhor, de uma nova distribuição da tensão imanente de potência/poder (como tensão interna a todo realismo). Cada experiência, ao construir uma nova posição, ao exemplificar outro modo de pensar-fazer, ao forçar novas agendas e ao impugnar relações de domínio em territórios diversos, se deve ao seu próprio “realismo”, seu diagnóstico e decisão sobre o possível – a sua própria leitura. Deve-se a construção e defesa de seu lugar existencial e político como ponto de vista irredutível diante dos aspectos desmobilizadores – limitadores – do realismo do poder, ainda que se trate de uma forma “progressista” de realismo. Nesse sentido, o zapatismo se sustenta como uma importante referência que não promete nem ilude; resiste ainda a duros embates e compartilha potentes experiências. Por isso, tampouco cabe a sua generalização como modelo. Quando o realismo progressista centraliza a ampliação de direitos, o zapatismo demonstra ampliação de possíveis; quando o líder proclama ideais, o zapatismo realiza outros modos de vida; quando o politólogo de café ou de TV e o militante realista dão lições sobre o estado das relações de força, o zapatismo diz, depois de vinte anos de resistência e criação: aqui estamos, isto é o que fizemos a uma curta distância dos Estados Unidos e convivendo em nosso próprio país com governos ultraconservadores e dispostos a matar. Para o desgosto dos solenes, o zapatismo responde com o atrevimento do humor, e pede para não ser levado tão a sério, como quem sabe ser atravessado por contrariedades, atravessado pelo azar, descrente das certezas últimas, atravessado pela possibilidade de ser de outro jeito. Sempre ainda insistente, com gesto prospectivo.

Excursus

Um olhar histórico crítico da República como forma política profissionalizada e do reformismo como hermeneuta e executor unilateral do possível, poderia indicar que o Estado moderno (nacional), esfera separada e tecnicamente habilitada, se tornou progressivamente o lugar mesmo no qual os conflitos se leem, se

hierarquizam ou diretamente se desconhecem, ao mesmo tempo em que “o social”²⁸ surgiu como um nível da experiência das repúblicas em formação (final do século XIX), criando seu próprio dispositivo de visibilização e atenção (ou assistência) da vida coletiva despolitizada. Então a democracia republicana funcionaria sempre em crise entre uma sociedade desprovida de densidade política e um Estado que, em condições pós-nacionais, reduz o político ao âmbito de seus gabinetes articulados territorialmente, mediante redes de programas sociais, de forças de segurança e de formas de controle terceirizadas. Como fica a trajetória da democracia moderna?

Há quem prefira deixar de lado o significativo “democracia”, enquanto há hipóteses na qual o marco da disputa pelo possível assume o problema de democratizar as decisões sobre a vida em comum, isto é, radicalizar a democracia.

28 Ver: Jacques Donzelot. *La invención de lo social*. Buenos Aires, Nueva Visión, 2007.